

A. I. N° - 000148.7140/06-9
AUTUADO - FARMÁCIA E DROGARIA GUIMARÃES LTDA.
AUTUANTE - MARIA DA CONCEIÇÃO MACIEL PAOLILO
ORIGEM - INFAZ SIMÕES FILHO
INTERNET - 15. 12. 2003

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0498-04/03

EMENTA: ICMS. 1. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. INUTILIZAÇÃO. MULTA. A legislação tributária estadual exige que os contribuintes conservem, no mínimo pelo prazo decadencial, os documentos fiscais, ficando sujeito à multa prevista na lei quem assim não proceder. 2. LIVROS FISCAIS. MULTA. Os livros fiscais devem obedecer às especificações previstas na legislação tributária estadual. Infrações caracterizadas. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 30/09/03, exige multas, no valor total de R\$ 2.510,00, em decorrência das seguintes irregularidades:

1. “Inutilizou documentos fiscais. O contribuinte, através do seu contador, informou que as Notas Fiscais de Entradas no montante de 492 ficaram molhadas. Esta Auditora solicitou as Notas Fiscais para verificação e foi constatado que as mesmas não permitem o manuseio impossibilitando a fiscalização referente as Entradas e Substituição Tributária.” Foi indicada multa no valor de R\$ 2.460,00.
2. “Utilização e/ou apresentação dos livros fiscais fora das especificações de impressão e/ou numeração e/ou costura e/ou encadernação estabelecidas no RICMS-BA”. Foi exigida multa no valor de R\$ 50,00.

O autuado apresentou defesa tempestiva (fls. 30 e 31) e, em relação à infração 1, alegou que não há razão para a exigência fiscal, pois recolhe o ICMS devido, tanto o imposto normal quanto o devido por substituição tributária, conforme comprovam os DAEs anexados às fls. 33 a 42.

Quanto à infração 2, o defendente reconhece o débito e anexa DAE referente ao pagamento efetuado (fl. 32).

Na informação fiscal, fl. 44, a autuante reitera a multa indicada na infração 1, alegando que ficou impossibilitada de manusear as notas fiscais e, portanto, de verificar a regularidade fiscal do contribuinte. Diz que para comprovar a irregularidade lavrou Termo de Apreensão (fl. 27), além de ser a infração admitida pelo próprio contribuinte na defesa.

VOTO

No presente lançamento, o autuado é acusado de ter inutilizado documentos fiscais (infração 1) e de ter apresentado livros fiscais fora das especificações regulamentares (infração 2).

Relativamente à infração 1, observo que o autuado não nega a acusação que lhe foi imputada, limitando-se a afirmar que não há razão para a aplicação da multa, uma vez que recolhe corretamente o imposto que é devido.

Essas alegações defensivas não elidem a acusação, pois a multa que foi indicada pela autuante é a prevista na Lei nº 7.014/96 para todo aquele que inutilizar documento fiscal que deveria ser conservado, no mínimo, pelo prazo decadencial, independentemente do recolhimento do imposto. Ademais, com a inutilização dos documentos fiscais em questão, não se pode aferir se o ICMS recolhido pelo autuado era o efetivamente devido. Dessa forma, a infração está caracterizada, sendo cabível a multa indicada na autuação.

Quanto à infração 2, ressalto que o autuado reconheceu o cometimento da mesma e apresentou fotocópia de DAE para comprovar o recolhimento da multa indicada (fl. 32). Portanto, entendo que a infração está caracterizada.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **000148.7140/06-9**, lavrado contra **FARMÁCIA E DROGARIA GUIMARÃES LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento das multas no valor total de **R\$ 2.510,00**, previstas, no art. 42, XIX e XXII, da Lei nº 7.014/96, homologando-se o valor efetivamente recolhido.

Sala das Sessões do CONSEF, 09 de dezembro de 2003.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR